

A participação política da juventude em Portugal — as *élites* políticas juvenis

O estudo cujos resultados aqui se apresentam é a parte final de um projecto de investigação sobre o comportamento político da juventude¹. Depois de, numa primeira fase, se ter estudado a participação política da juventude em geral, cujos resultados preliminares foram oportunamente apresentados e publicados², pretendeu-se, numa fase subsequente, concentrar a atenção sobre os jovens que mais activa e organizadamente participam no processo político, ou seja os que militam nas organizações partidárias de juventude e, dentro desses, os que tomam parte nos seus congressos nacionais.

Para esse efeito se procedeu à aplicação de um inquérito a uma amostra dos congressistas dessas organizações políticas de juventude, com o intuito de perceber que tipo de jovens são, como foram socializados e mobilizados politicamente, que personalidade política denunciam, que aspirações e expectativas revelam em relação ao poder³.

Antes, porém, de apresentar e analisar os principais resultados desse inquérito convém pôr em evidência o papel e a importância das juventudes partidárias portuguesas.

¹ Esse projecto foi subsidiado pela Fundação Tinker de Nova Iorque, à qual aqui se expressam os melhores agradecimentos pelo apoio recebido.

² Cf. Manuel Braga da Cruz, «A participação política da juventude», in *Análise Social*, vol. XXI, n.ºs 87-88-89, pp. 1067-1088.

³ O inquérito foi aplicado entre Outubro de 1986 e a Primavera de 1987, isto é, entre as datas de realização dos Congressos da Juventude Social Democrata (JSD) e da Juventude Socialista (JS). Nos casos da Juventude Centrista (JC) e da Juventude Comunista (JCP), cujos congressos ocorreram em Janeiro de 1986 e em Dezembro de 1984, respectivamente, os questionários foram distribuídos mais tarde a uma amostra extraída aleatoriamente dentre os membros presentes nesses congressos. Nos casos da JSD e da JS, a aplicação foi feita nos próprios congressos. Isto provocou uma desigual recepção de respostas. 91 da JC (33 % quer do total dos inquiridos, quer dos congressistas aproximadamente), 31 % da JCP (11 % do total e cerca de 10 % dos respectivos congressistas), 79 % da JSD (29 % do total e cerca de 13 % dos presentes no Congresso) e 74 % da JS (27 % do total e cerca de 13 % dos jovens congressistas socialistas). A Juventude Renovadora Democrática não foi abrangida neste estudo por, à altura, não ter realizado, nem ter perspectivas de vir a realizar, qualquer congresso. Esta distribuição desequilibrada coloca obviamente problemas delicados de análise e interpretação dos resultados globais, mas não nos impede, apesar disso, de proceder a algumas importantes apreciações.

1. AS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS DE JUVENTUDE

Os jovens, organizados politicamente, têm no sistema político português um lugar e um papel indiscutivelmente relevantes, superiores mesmo aos que, noutros regimes democráticos, se consentem ou se oferecem a organizações juvenis semelhantes. Daí que o seu estudo interesse do ponto de vista da compreensão não só da juventude, como também do sistema político em geral, e particularmente do sistema partidário. As «juventudes partidárias» relevam não só da problemática do enquadramento, ao nível do Estado, das respostas políticas públicas aos problemas da juventude, ou seja das políticas de juventude, como também da problemática das estruturas de participação organizada na vida política, ou seja das juventudes políticas.

A institucionalização organizada da participação política da juventude após o 25 de Abril de 1974 teve obviamente um efeito de integração política, fazendo prevalecer na vida política da juventude os aspectos mais *organizacionais*, em detrimento do seu cariz *movimentista*, como já tivemos oportunidade de deixar escrito⁴.

A existência de uma crescente homologia entre possibilidades reais e aspirações ideais de participação política tem vindo a neutralizar parcialmente as condições de surgimento de movimentos políticos juvenis e a canalizar de preferência as incipientes e autónomas acções políticas juvenis para o enquadramento organizado no sistema.

As organizações políticas de juventude são uma criação do sistema partidário saído do 25 de Abril, muito embora algumas delas tenham raízes nos tempos imediatamente anteriores⁵. Criadas pelos respectivos partidos de tutela ou à sombra deles, as organizações partidárias de juventude, embora mantendo em relação a eles uma autonomia estatutária, mas funcionando num quadro de forte dependência, são de facto um sector juvenil dos partidos políticos, tendo na maioria dos casos assegurada a presença inerente de representantes seus nos órgãos directivos dos partidos.

Isso faz que as suas funções sejam teoricamente, e em grande medida, subsidiárias dos partidos políticos, isto é, orientadas para eles, tais como a de fornecimento de mão-de-obra política barata ou gratuita para a realização de tarefas de propaganda política, suprindo carências de militância adulta, e a de reprodução política dos próprios partidos, nomeadamente locais, e através da intervenção em zonas geográficas ou sociais onde ela está vedada, por razões políticas ou sociais, aos próprios partidos. É certo

⁴ Manuel Braga da Cruz, Luísa Braula Reis e José Manuel Seruya, *Os Jovens e a Política. Políticas de Juventude e Juventudes Políticas em Portugal*, Lisboa, «Estudos e Documentos ICS», n.º 12, 1985. Tal como explicou Alain Touraine, a noção de *movimento social* implica o objectivo de transformação das relações sociais de dominação, e não apenas a modificação do sistema de decisão (caso em que se deve apenas falar de lutas) ou tão-só a sua rectificação (caso da ocorrência de simples *comportamentos colectivos*): Alain Touraine, «Les mouvements sociaux: objet particulier ou problème central de l'analyse sociologique», in *Revue Française de Sociologie*, vol. XXV, 1984, pp. 3-19.

⁵ É o caso, por exemplo, da JCP, que, embora formalmente aparecida apenas em 1979, resultou da unificação da União dos Estudantes Comunistas (UEC), fundada ainda em 1972, e da União da Juventude Comunista (UJC), criada já em 1975. Da mesma maneira, a JS, embora criada apenas em 1974, é herdeira dos grupos de intervenção política integrados por jovens ligados à ASP e ao PS que actuavam, sobretudo, a nível estudantil e universitário.

que, para além destas funções de *substituição* e de *socialização*, as organizações partidárias de juventude têm também a decisiva função de *mediação política* entre os partidos e a juventude em geral, procurando levar até aos jovens as mensagens políticas e ideológicas de cada partido e fazendo subir até estes a consciência dos problemas da juventude e as reivindicações para a sua resolução. No entanto, o que mais ressalta da análise das juventudes partidárias é a sua contiguidade e continuidade em relação aos partidos, não desmentida pela sua também relativa autonomia.

As organizações partidárias de juventude, embora por vezes estatutariamente o enjeitem, funcionam de facto frequentemente como «correias de transmissão» dos partidos, constituindo-se ora, nuns casos, como simples «câmaras de eco» ou «de ressonância», apenas etariamente diversificadas, ora, noutros casos, até como «câmaras de ensaio» ou «banco de provas» de iniciativas políticas externas ou de clivagens políticas internas dos partidos.

Esta última possibilidade de ensaiar ou provar o que ao partido não é possível ou conveniente fazer é devida sobretudo à margem de autonomia de que dispõem em relação aos partidos tutelares. Embora organizados à semelhança deles, com o mesmo ideário básico programático, reproduzindo não só as estruturas, como também os métodos políticos, as juventudes políticas partidárias têm, em relação aos partidos em que se enquadram, alguma autonomia de iniciativa e de decisão política, por vezes mesmo não confinada às chamadas políticas sectoriais de juventude, o que lhes permite inclusivamente assumir por vezes o papel de grupo de pressão intrapartidário, quando não até de tendência ou facção.

Esta autonomia tem porém os seus custos, já que não existe transição automática das juventudes para os partidos correspondentes, nem a inscrição nas primeiras significa necessariamente inscrição simultânea ou futura nos segundos⁶, nem a ocupação de tarefas ou responsabilidades de vulto na organização juvenil confere de per si qualificações políticas partidárias. Tal provoca por vezes nas juventudes partidárias uma elevada *taxa de desperdício* pelas perdas consideráveis de militantes ou quadros dirigentes. Esta taxa de desperdício é tanto mais elevada quanto mais difícil o acesso ou penetração nas esferas do poder. É por isso uma taxa de desperdício mais central do que periférica, porque é ao nível da administração regional e local que as juventudes políticas mais desempenham a função de *centros de extracção* de quadros políticos partidários, e também porque aí o carreirismo político iniciado nas juventudes partidárias é maior do que na proximidade dos centros de decisão nacional, onde se multiplicam os centros de extracção e o acesso ao poder se torna mais espesso porque concorrencial.

A própria juventude portuguesa inscreve-se mais em partidos do que em organizações políticas de juventude, como o comprovou o inquérito que fizemos antes à juventude em geral: enquanto a percentagem de jovens filiados partidariamente atingia os 5 %, a de inscritos nas juventudes partidárias era apenas de 3 %⁷. Alguns partidos reúnem mesmo maior número

⁶ Exceptuando a JS, onde, a partir dos 18 anos, a adesão à organização juvenil implica necessariamente inscrição no PS.

⁷ Cf. Manuel Braga da Cruz, «A participação política da juventude em Portugal», cit.

de jovens do que as respectivas estruturas juvenis, como é o caso expressamente auto-reconhecido do PCP em relação à JCP. Talvez porque, dada a forte componente estudantil das organizações partidárias, os jovens trabalhadores preferiram aderir directamente ao partido, como acontece também reconhecidamente no PS.

As organizações partidárias de juventude foram criadas pelos partidos ou à sombra deles, como forma de implantação partidária junto da juventude. A sua história é, por isso, em boa parte também, a história dos partidos que as criaram e enquadraram. Nelas se reflectem as disputas, se agravam os conflitos, se ensaiam as reconciliações, se evitam as confrontações e se esboçam as cisões ocorridas nos grandes partidos. Reproduzindo externamente as grandes linhas do ideário programático dos partidos e, interiormente, os traços fundamentais das suas estruturas organizativas e das suas principais clivagens políticas, as juventudes partidárias, apesar da relativa autonomia de actuação política e administrativa, têm em relação a eles uma estreita dependência ideológica, organizativa e financeira.

Do ponto de vista ideológico-programático, as juventudes têm geralmente em relação aos partidos uma nítida posição de subordinação. Os programas e ideologias partidárias são uma reconhecida fonte inspiradora e constituem, em muitos casos, condição básica de admissão nas juventudes partidárias. É de facto no quadro do ideário dos partidos que, regra geral, as organizações juvenis traçam as suas balizas ideológicas e as suas linhas de actuação programática, explicitando em textos próprios os mesmos pontos de vista que os programas partidários. Há casos porém em que, embora adoptando perspectivas inspiradas no mesmo quadro básico, algumas organizações as traduzem em termos e perspectivas significativamente diversas, como sucedeu com a JS ao arvorar por muito tempo a bandeira do «socialismo autogestionário», diferenciando-se assim do partido sem sair dos seus limites.

Quanto à organização interna, as juventudes tendem igualmente a reproduzir na generalidade estruturas paralelas às dos partidos-quadro. Esse paralelismo organizativo justifica-se principalmente pelos mecanismos de representação juvenil nas estruturas dos partidos, em que têm lugar por inerência membros das juventudes, só não existindo precisamente onde essa representação não se verifica por inerência, como é o caso da JCP em relação ao PCP.

A representação das juventudes nos partidos expressa-se também através da inclusão de elementos seus entre as listas de candidatos a deputados e nos grupos parlamentares.

Para além desta representação partidária, as juventudes estão também representadas externamente nas organizações internacionais das respectivas famílias políticas a que pertencem⁸.

⁸ A JC é membro da União Europeia de Juventude Democrata-Cristã (UEJDC) e pertence ainda à European Democratic Students (EDS) e à Democratic European Youth (DEMIC). A JSD tem estatuto de observador na International Federation of Liberal and Radical Youth. A JS é membro da International Union of Socialist Youth (IUSY) e a JCP é vice-presidente da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD), organização internacional das juventudes comunistas.

Se uma das funções das juventudes partidárias é a de selecção e formação de quadros para os partidos, o seu desempenho depende grandemente do apoio que nesse sentido os partidos se dispõem a dar às respectivas juventudes. Regra geral, são os institutos parapartidários que se ocupam desses cursos intensivos de formação de quadros, ou associativos ou autárquicos. É o caso do Instituto Democracia e Liberdade e do Instituto Fontes Pereira de Melo, que colaboram com a JC, e do Instituto Progresso Social e Democracia, através do qual a JSD desenvolve acções de formação de quadros associativos e autárquicos. No caso da JS têm escasseado os apoios das fundações do PS, designadamente da Fundação José Fontana, às acções de formação empreendidas pelo sector juvenil. E no caso da JCP é o próprio partido que se ocupa dessa tarefa de formar os quadros que a juventude lhe recomenda.

Mas um dos mais fortes, se não mesmo o mais forte, mecanismos de dependência partidária das juventudes consiste no apoio financeiro que recebem dos partidos, que constitui a maior fonte de ingressos de todas as juventudes políticas. No caso da JC e da JSD, esse apoio parece ser de ordem a possibilitar uma razoável margem de manobra autónoma das juventudes em relação aos partidos. Já quanto à JS e à JCP, a dependência financeira é acentuada pela exiguidade de fundos concedidos *normalmente*, à qual se adicionam apoios *extraordinários* a iniciativas apenas merecedoras da concordância do partido (no caso da JS), ou pelo sistema da prestação de apoio apenas quando preciso (como ocorre com a JCP), que reforça o controlo partidário sob a gestão financeira da organização juvenil.

Apesar desta forte dependência partidária, algumas juventudes conseguem margens de actuação autónoma de significativa expressão⁹.

⁹ São disso exemplo, no caso da JC, o comportamento de maior independência que a partir do IV Congresso se passou a adoptar, de que são testemunhos as moções de desconfiança ao secretário-geral do Partido apresentadas ao Conselho Nacional em Julho de 1984 e a de estratégia apresentada ao VI Congresso do CDS em Aveiro, em 1985. Mais recentemente, deve também entender-se neste sentido a iniciativa do presidente da JC de reunir assinaturas para a convocatória extraordinária do Conselho Nacional, a realizar nos começos de 1986.

Quanto à JSD, o caso mais clamoroso de autonomia de comportamento político terá sido porventura a tomada de posição sobre a despenalização do aborto, publicamente contra as directrizes do PSD pelo voto favorável do seu presidente Pedro Pinto no debate e votação na Assembleia da República. Mas outras indicações da mesma autonomia se podem encontrar nas moções apresentadas aos congressos do PSD, desde 1980, pela JSD.

Da mesma maneira, a JS tem assumido, em matéria de política internacional, uma orientação algo diversa da do PS, ao adoptar preferências de neutralismo de blocos político-militares em questões de desarmamento e paz. Também em matéria de política sindical, a JS tem sustentado ideias dissonantes da estratégia que o PS fez sua. E em termos conjunturais tem também a JS avançado com propostas pouco concordantes com a orientação global do partido, como foi o caso da indicação do nome de Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de primeiro-ministro, em 1980, pelo Conselho Nacional da JS.

Mais recentemente, os deputados da JS recusaram-se a votar a favor da moção de confiança ao Governo do «bloco central», adoptando antes uma posição de crítica construtiva, bem como a favor da lei de segurança interna.

Quanto à JCP, deve salientar-se também que os seus membros participam activamente na discussão programática e de orientação política do partido, particularmente no que diz respeito à definição da sua política de juventude. É assim que as orientações programáticas da JCP definidas em Congresso são aceites e apoiadas pelo Partido.

Outras vezes acontece verificar-se não pertencer a direcção das juventudes à mesma corrente que ocupa a direcção do partido, como sucedeu já no caso da JS e da JSD, proporcionando relações de contraste, quando não de abertura dialéctica política entre ambas as organizações.

Tem-se ainda verificado que começa a ser habitual a apresentação nos congressos dos partidos de moções de estratégia próprias das organizações juvenis, não apenas relativas a questões de política juvenil, mas de incidência política global, como já aconteceu com a JC e com a JSD nos congressos do CDS e do PSD. Fenómeno idêntico ocorreu no congresso do PS com a apresentação pelo ex-presidente da JS, José Leitão, de uma moção defensora do socialismo autogestionário, apanágio programático da JS. Por este modo se vem traduzindo a autonomia política das organizações juvenis em relação aos partidos, consituindo-se assim em grupos de pressão ou, pelo menos, em tendências visíveis no interior dos próprios partidos.

Quanto à capacidade efectiva de penetração nos meios juvenis, as organizações partidárias que maior número de jovens dizem integrar são a JSD e a JCP, ambas com cerca de 30 000 aderentes, entre os 16 e os 30 anos¹⁰. Simplesmente, enquanto a JSD diz estar distribuída por todos os distritos e quase todos os concelhos do País, com excepção de alguns do Alentejo), a JCP está maioritariamente implantada nas regiões de Lisboa, Porto e Setúbal, dizendo contudo estar a chegar ao Minho e a Trás-os-Montes. Além disso, enquanto o maior crescimento da JSD parece ter-se verificado sobretudo até 1982, ano a partir do qual se inicia uma certa estagnação, a JCP, que diz ter tido um crescimento progressivo até 1980, conheceu, em relação a essa data, também um significativo decréscimo¹¹. A JC, que em 1980 contava apenas 6000 a 7000 filiados, diz ter hoje cerca de 15 000, 65 % a 70 % dos quais estudantes. E a JS, que contava 8000 aderentes em Fevereiro de 1975, reconhecia em Janeiro de 1976 terem passado pelas suas fileiras já 15 000 jovens, que em 1978 eram mais 1600. Em 1981, os aderentes não chegavam porém a 2000, enquanto em 1984 se registavam mais 3000 novas adesões. Em todo o caso, dos 13 000 inscritos na JS nos começos de 1984, verificar-se-ia permanecerem apenas no final desse ano, após o V Congresso, cerca de 1000. A percentagem de estudantes do ensino secundário na JS é da ordem de 40 % e de 50 % na JCP, quando nesta, em 1980, os estudantes perfaziam apenas 32 %. Quanto ao sexo, a percentagem de raparigas tem também vindo a aumentar nalgumas organizações juvenis, tal como acontece na JCP, que de 25,2 % em 1980 passou em 1985 para 35 %¹².

¹⁰ Para além dos filiados referidos, a JSD admite, entre os 13 e os 15 anos, simpatizantes. A JS admite apenas militantes entre os 18 e os 30 anos. Estes dados referem-se a 1986.

¹¹ O crescimento da UJC foi o seguinte:

1975 — 4500 (um mês depois da fundação),

6000 (três meses depois)

1976 — 12 000 (no primeiro aniversário, em Março)

1977 — 18 000 (por altura do 1.º Congresso, em Abril)

A JCP, de 35 750 militantes anunciados em 1980, diz possuir actualmente cerca de 30 000, apenas não contabilizados porém os antigos militantes da UEC e UJC. (Dados referentes a 1986.)

¹² De acordo com impressões recolhidas junto de um dos seus dirigentes. Todos estes dados foram colhidos em 1986.

Do ponto de vista etário, o grupo mais representado na JC é o dos 17 aos 22 anos e na JSD o dos 18 aos 24 anos, enquanto na JS 30 % dos militantes têm entre os 14 e os 18 anos e na JCP também prevalece a faixa etária entre os 17 e os 20 anos¹³. As percentagens dos grupos etários mais próximos dos 30 anos parecem ser diminutas, como o atesta a de 10 % (entre 25 e 30 anos) na JS. Isto parece indicar que de facto a juventude abrangida pelas organizações partidárias de juventude é uma juventude próxima dos 20 anos, ao passo que as direcções tendem a ter idades superiores¹⁴, o que denuncia a função mais *integradora* e de *enquadramento* das organizações em relação à juventude do que de *mobilização* propriamente dita.

Mas passemos agora à análise das *élites* destas organizações políticas juvenis, ou seja dos seus congressistas.

2. DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DAS ÉLITES POLÍTICAS JUVENIS

Quem são, socialmente falando, estas *élites* políticas juvenis? São sobretudo jovens do sexo masculino (83 %) entre os 20 e os 30 anos (55 % entre os 20 e os 24 anos; 26 % entre os 25 e os 30 anos), na grande maioria solteiros (85 %) e a viver ainda com os pais (78 %). Apesar disso, a presença de elementos femininos nas organizações partidárias de juventude é mais elevada do que nos partidos políticos¹⁵, sendo sobretudo maior entre comunistas e sociais-democratas (35,5 % e 21,5 %). Por sua vez, as organizações mais juvenilizadas são a socialista e a comunista (quadro n.º 1).

Idades dos congressistas

[QUADRO N.º 1]

Idades	JC	JSD	JS	JCP
Até 19 anos	10,9	16,5	24,3	38,7
20/24 anos	63	46,8	55,4	48,4
25/29 anos	22,8	32,9	18,9	9,7
30 e + anos	3,3	3,8	1,4	3,2

Na maioria, estes jovens políticos são estudantes — ou só (46 %) ou também trabalhando (19 %) —, uma boa parte deles trabalha exclusivamente (28 %) e 7 % estão no desemprego (percentagem que é inferior à

¹³ Já na UJC, em 1977, 64 % dos aderentes tinha menos de 20 anos e só 5 % ultrapassavam os 25 anos.

¹⁴ Na direcção da JCP, apesar de cerca de metade possuírem entre 18 e 23 anos, a faixa etária nela mais representada é a dos 26 anos.

¹⁵ Em 1983, por exemplo, os dirigentes femininos no PSD eram apenas 8,3 %, os parlamentares femininos 9,3 % e os candidatos a deputados 6,4 %. Nesse mesmo ano, no CDS, eram mulheres 6,4 % dos dirigentes, 12,4 % dos candidatos a deputados e 25,7 % dos inscritos. (Cf. Maria José Stock, *Os Partidos do Poder*, Évora, Universidade, 1989.)

dos jovens desempregados). A organização com maior percentagem de estudantes é a JC (55,4 % só estudantes e 21,7 % estudantes trabalhadores); a JSD é, em contrapartida, a que possui mais elevada percentagem de trabalhadores (12,7 % por conta própria, 22,8 % por conta doutrem e 20,3 % trabalhadores-estudantes); e as organizações de esquerda recolhem as maiores percentagens de desempregados (12,9 % para a JCP e 10,8 % para a JS).

No que diz respeito à profissão dos que trabalham, é notória uma tendência para uma desigual composição: enquanto os quadros superiores e médios se concentram sobretudo nas organizações mais à direita, os empregados atingem elevadas percentagens nas organizações mais ao centro e os trabalhadores nas mais à esquerda (quadro n.º 2). O que faz pensar numa certa homologia entre a composição socioprofissional e a colocação no espectro político esquerda-direita.

Congressistas por profissão e organização política

[QUADRO N.º 2]

Profissão	JC	JSD	JS	JCP
Quadros superiores	6,7	2,2	—	—
Quadros médios	35,6	32,6	15,0	6,3
Empregados	35,6	39,1	40,0	18,8
Vendedores/comerciantes	6,7	21,7	17,5	6,3
Operários	11,1	—	17,5	68,8
Produtores/patrões agrícolas	—	—	—	—
Assalariados/trabalhadores rurais	4,4	—	—	—
Serviços	—	—	5,0	—
Outros activos	—	4,3	—	—
Não respondeu	—	—	5,0	—

Do ponto de vista educacional, metade dos jovens políticos têm o curso complementar ou o 12.º ano (50 %) e um terço (33 %) possui mesmo um curso superior ou médio. Mas também aqui se entrevê uma homologia entre nível de instrução e colocação na escala política, já que os de instrução superior se concentram nas organizações mais à direita, e os de menor instrução nas organizações mais à esquerda (quadro n.º 3).

Habilitações dos congressistas

[QUADRO N.º 3]

Habilitações	JC	JSD	JS	JCP
Analfabetos	—	—	1,4	—
Primária	1,1	1,3	2,7	3,2
Básica	—	—	2,7	9,7
Secundária	3,3	6,3	18,9	35,5
Complementar	28,3	21,5	33,8	38,7
12.º ano/propedêutico	21,7	30,4	17,6	6,5
Curso médio	2,2	10,1	2,7	3,2
Curso superior	43,5	30,4	20,3	3,2

Religiosamente falando, são maioritariamente católicos (61 %) ou apenas cristãos (12 %) e 13 % ateus. Também aqui a clivagem política parece ser determinante. Enquanto as organizações mais à direita se apresentam com larga maioria de católicos, decrescendo porém a prática quanto mais para o centro e para a esquerda se caminha, as organizações de esquerda, sobretudo a JCP, são as que atingem maior percentagem de ateus (quadro n.º 4).

Congressistas por religião e organização política

[QUADRO N.º 4]

Posição religiosa	JC	JSD	JS	JCP
Católico praticante.....	46,7	31,6	5,4	—
Católico não praticante.....	34,8	35,4	48,6	3,2
Protestante.....	1,1	1,3	2,7	—
Cristão sem Igreja.....	10,9	11,4	14,9	—
Testemunha de Jeová.....	—	1,3	—	—
Outra religião.....	—	2,5	1,4	—
Indiferente.....	3,3	8,9	5,4	19,4
Agnóstico.....	2,2	3,8	8,1	—
Ateu.....	—	3,8	13,5	74,2
Não responde.....	1,1	—	—	3,2

Quanto à posição social, consideram-se em larga medida nas classes médias (15 % na média alta, 66 % na média e 12 % na média baixa) e julgam maioritariamente (62 %) como razoáveis os rendimentos familiares. Na realidade, a maioria dos pais têm profissões «intermédias» (16 % são quadros médios, 20,3 % são empregados e 18,8 % são vendedores comerciantes), sendo apenas 3,6 % os filhos de quadros superiores e 13,4 % os filhos de operários.

Este autoposicionamento social parece harmonizar-se com o posicionamento político. Quanto mais à direita, mais elevado é o nível social que os jovens políticos se atribuem e, em contrapartida, quanto mais à esquerda, mais baixo é o nível social (quadro n.º 5). E, para não deixar dúvidas

Posição subjectiva de classe dos congressistas

[QUADRO N.º 5]

Posição de classe	JC	JSD	JS	JCP
Alta.....	4,3	1,3	—	—
Média alta.....	22,8	16,5	8,1	3,2
Média.....	67,4	70,9	75,7	25,8
Média baixa.....	5,4	8,9	10,8	45,2
Baixa.....	—	2,5	5,4	19,4

quanto à justeza dessa avaliação social subjectiva, a profissão do pai vem confirmar essa mesma tendência: as profissões mais elevadas são sobretudo de pais de jovens de organizações mais à direita, as médias dos de organizações mais ao centro e as mais baixas dos das organizações mais à esquerda (quadro n.º 6).

Congressistas por profissão do pai

[QUADRO N.º 6]

Profissão do pai	JC	JSD	JS	JCP
Quadros superiores	6,5	3,8	1,4	—
Quadros médios	26,1	16,5	9,5	6,5
Empregados	20,7	24,1	18,9	12,9
Vendedores/comerciantes	20,7	24,1	13,5	12,9
Operários	7,6	5,1	25,7	22,6
Produtores/patrões agrícolas	1,1	1,3	—	—
Assalariados/trabalhadores rurais	4,3	1,3	—	—
Serviços	1,1	2,5	2,7	3,2
Não activos	4,3	6,3	13,5	25,8
Não respondem	7,6	15,2	14,9	16,1

Do ponto de vista geográfico, concentram-se sobretudo em Lisboa (40,6 %) e residem em elevado número nas regiões do Norte (24,6 %) e Centro (23,2 %), sendo de realçar a baixa percentagem de cobertura do Sul e das Ilhas. As organizações mais «lisboetas» são a JS e a JSD, a mais nor-tenha a JC e a JCP com maior percentagem no Centro (quadro n.º 7).

Congressistas por residência e organização política

[QUADRO N.º 7]

Residência	JC	JSD	JS	JCP
Norte	27,2	27,8	18,9	22,6
Centro	27,2	19,0	16,2	38,7
Lisboa	34,8	45,6	43,2	38,7
Sul	8,7	2,5	5,4	—
Ilhas	2,2	5,1	13,5	—

3. SOCIALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS

Entre os mais importantes condicionantes de participação política está a socialização. O papel da socialização na participação tem sido, de facto, largamente evidenciado. Como o sublinhou Fred Greenstein, «certas características de socialização ajudam-nos a explicar a persistência de certas práticas políticas [...] As modalidades de participação têm a sua origem em complexos aspectos sociais e psicológicos das subculturas das diversas classes»¹⁶.

Por socialização deve entender-se não apenas o processo de *interiorização* de normas, mas também o de *submissão* às *normas*, não só a sua dimensão *axiológica*, mas também a sua dimensão *comportamental*, ou, para usar a terminologia política de Hyman, não só a *orientação* para

¹⁶ Cf. Fred. I. Greenstein, «Stratificazione sociale e socializzazione politica», in G. Sartori, *Antologia di Scienza Politica*, Bolonha, Il Mulino, pp. 223 e segs.

objectivos políticos, mas também a *participação* ou o envolvimento político¹⁷.

O inquérito realizado aos jovens políticos veio confirmar a importância da socialização na participação. A maioria dos componentes das organizações partidárias juvenis são filhos de pais que nunca se meteram em política nem têm actividade política, mas que, em todo o caso, se interessam por ela. 17 % são mesmo filhos de pais que no anterior regime tiveram intervenção política, ou ligados às organizações do regime (5 %), ou desempenhando cargos políticos (3 %) ou actividades políticas nas oposições (9 %) (quadro n.º 8). E 38 % são filhos de pais que têm no presente intervenção política, quer como dirigentes (6 %), quer como militantes (24 %) partidários, quer como simples intervenientes sem partidos (8 %). Só 10 % reconheceram que o pai não se interessa pela política (quadro n.º 9).

Passado político do pai

[QUADRO N.º 8]

Passado político	JC	JSD	JS	JCP	Total
Organização política do antigo regime	8,7	7,6	1,4	—	5
Desempenhou cargos políticos. Oposição	1,1	2,5	6,8	—	3
	5,4	2,5	13,5	25,8	9
Subtotal	15,2	12,6	21,7	25,8	17
Nunca se meteu em política ...	54,3	62,0	45,9	32,3	52
Nunca se interessou	27,2	20,3	27,0	29,0	25
Não responde	3,3	5,1	5,4	12,9	5

Presente intervenção política do pai

[QUADRO N.º 9]

Intervenção Política	JC	JSD	JS	JCP	Total
Dirigente	7,6	2,5	9,5	—	6
Militante	18,5	24,1	24,3	35,5	24
Interveniente	8,7	8,9	8,1	3,2	8
Interessado	45,7	53,2	35,1	32,3	43
Sem interesse	12,0	6,3	12,2	9,7	10
Não responde	7,6	5,1	10,8	19,4	9

Estes dados são tanto mais assinaláveis quanto convém ter em conta que os pais destes jovens, ao contrário dos seus filhos que surgiram para a política em democracia, viveram a sua juventude no anterior regime autoritário, sofrendo por isso os efeitos da despolitização generalizada, despolitização que foi maior à direita do que à esquerda, ou seja, onde a cultura política era mais de subordinação do que de participação. Talvez

¹⁷ Herbert H. Hyman, *Political Socialization. A Study in the Psychology of Political Behavior*, Nova Iorque e Londres, The Free Press e Collier-Macmillan Ltd., p. 64.

por isso, o envolvimento político dos pais é tanto maior quanto mais à esquerda e tanto menor quanto mais à direita se situam as organizações políticas a que pertencem os filhos.

Este maior envolvimento político dos pais de esquerda é tanto mais importante quanto a instrução e o conhecimento político que lhe andam associados, normalmente favorecedores de participação, não estão distribuídos da mesma maneira. De um modo geral, os jovens políticos são mais instruídos do que os pais. A grande maioria (62%) tem habilitações secundárias e 28 % até superiores. Em contrapartida, só 17 % têm pais com instrução superior e 36 % têm mesmo pais apenas com instrução primária, sendo de organizações mais à direita os jovens com pais com instrução superior e de organizações mais à esquerda os filhos de pais com menor instrução (quadro n.º 10). Se, portanto, à esquerda os pais são mais participativos, isso não se deve a maior instrução, mas sim a outros factores de ordem cultural e social, como aliás parece confirmar a grande correspondência de colocações políticas de pais e filhos.

Instrução do pai

[QUADRO N.º 10]

Nível de instrução	JC	JSD	JS	JCP
Universitária	29,3	17,7	6,8	6,5
7.º ano	19,6	22,8	13,5	3,2
5.º ano	19,6	16,5	16,2	—
Primária completa	23,9	25,3	50,0	61,3
Analfabetos	1,1	—	2,7	9,7
Não responde	6,5	17,7	10,8	19,4

Com efeito, a orientação política dos pais e a dos filhos tendem a corresponder-se, embora os filhos considerem geralmente os pais mais moderados politicamente do que eles (à excepção apenas dos jovens sociais-democratas): os de esquerda acham os pais menos de esquerda e os de direita consideram-nos também menos de direita. Só os sociais-democratas pensam que os pais estão mais extremados politicamente do que eles sobre posições de direita.

Posição política subjectiva dos jovens e seus pais

[QUADRO N.º 11]

(Médias na escala de 1 a 10)

Organizações	Do jovem	Do pai	Da mãe
JC	7,6	7,2	7,3
JCP	1,8	3,9	3,7
JS	3,6	4,0	4,0
JSD	5,9	6,3	6,2

Os grandes agentes de socialização política parecem ter sido, reconhecidamente, os amigos e os pais, juntamente com os meios de comunicação de massas, já que foram eles quem «muito influenciou» 35 %, 26 % e 28 %, respectivamente, dos jovens entrevistados. A influência dos amigos

é bastante mais elevada entre os jovens de esquerda, sobretudo entre comunistas, que foram também, juntamente com os «centristas», os que mais influenciados foram pelos pais (quadro n.º 12).

«Muita» influência política recebida

[QUADRO N.º 12]

Influência recebida	JC	JSD	JS	JCP	Total
Pais	28,3	24,1	24,3	32,3	26
Família	12,0	6,3	9,5	12,9	10
Amigos	32,6	30,4	36,5	57,6	35
Professores	4,3	3,8	2,7	3,2	4
Colegas	16,3	11,4	12,2	25,8	15
Vizinhos	—	1,3	12,2	3,2	1
Mass media	34,8	19,0	29,7	29,0	28

Curiosamente os professores não parecem ter grande papel na socialização política dos alunos, já que 46 % chegam a dizer que não receberam deles qualquer influência política. Só 4 % dizem tê-la recebido «muito». Esta ideia é aliás comprovada pela pouca frequência com que os professores reconhecem falar de política com os alunos fora das aulas, no recente inquérito realizado aos docentes do ensino não superior em Portugal¹⁸.

O interesse pela política começa para a maioria, em todo o caso, na família (34 %) e na escola (35 %) e ainda, em menor número, no convívio com os amigos (19 %). Só uma pequena minoria (6 %) reconhece tê-lo iniciado entrando para uma associação. Para os jovens comunistas, esse interesse é menos suscitado na família do que nos restantes jovens (quadro n.º 13).

Início do interesse pela política

[QUADRO N.º 13]

	JC	JSD	JS	JCP	Total
Família	34,8	30,4	39,2	25,8	34
Escola	37,0	48,1	21,6	45,2	37
Trabalho	1,1	2,5	4,1	3,2	3
Amigos	18,5	11,4	28,4	19,4	19
Associações	8,7	3,8	4,1	6,5	6
Igreja	—	1,3	—	—	—
Sindicato	—	—	1,4	—	—
Não responde	—	2,5	1,4	—	1

¹⁸ Cf. Manuel Braga da Cruz (relator), «A situação dos professores em Portugal» (relatório da comissão criada pelo despacho 114/ME/85 do ministro da Educação, Lisboa, 1989), in *Análise Social*, n.ºs 103-104, 1988.

A frequência com que os professores falam com alunos de política fora das aulas foi assim distribuída:

Muitas vezes	1,7
Bastantes vezes	3,9
Poucas vezes	27,9
Nunca	65,2
Não sabe/não responde	1,2

Pelo exposto se pode concluir que a socialização se não faz apenas verticalmente por transmissão geracional, mas também, e até sobretudo, lateralmente ou horizontalmente, intrageracionalmente.

Não é pois de admirar o papel elevado dos meios de comunicação na socialização, pois 88 % costumam ler jornais diários pelo menos uma a duas vezes por semana e 49 % até diariamente ou quase, e 87 % lêem semanários pelo menos uma a duas vezes por mês, chegando mesmo a 62 % os que os lêem todas as semanas¹⁹.

Curiosamente, os diários são lidos com maior frequência pelos jovens das organizações de esquerda e, em contrapartida, os semanários são-no mais pelos das organizações de direita.

A maioria (51 %) lê mesmo habitualmente revistas de actualidade estrangeiras, entre as quais se destacam a *Newsweek* e a *Time*.

Maior ainda é a exposição aos meios de comunicação audiovisual: 89 % ouvem noticiários da rádio pelo menos uma a duas vezes por semana e 68 % todos os dias; e 92 % vê telejornais pelo menos uma a duas vezes por semana, sendo até de 58 % a percentagem dos que o fazem todos os dias.

A grande maioria convive em espaços bastante politizados. A política é discutida frequentemente tanto em casa (80 %) como na escola ou no local de trabalho (81 %), embora um pouco mais intensamente aqui (38 %) do que ali (34 %). Só 20 % e 17 % dizem que se discute muito raramente em casa e na escola ou no local de trabalho. Os jovens comunistas são os que mais ouvem falar de política noutros sítios (quadro n.º 14).

Frequência com que se fala de política

[QUADRO N.º 14]

Frequência	Em casa					Na escola/trabalho				
	JC	JSD	JS	JCP	Total	JC	JSD	JS	JCP	Total
Muitas vezes.....	27,2	38,0	32,4	45,2	34	37	44,3	29,7	45,2	38
Algumas vezes...	55,4	46,8	37,8	38,7	46	50	36,7	43,2	38,7	43
Raramente.....	17,4	15,2	29,7	16,1	20	12	19,0	24,3	6,5	17

A formação cívica política recebida na educação escolar é considerada negativa pela maioria (64 %): 40 % dizem-na deficiente e 24 % mesmo má. Só 21 % acham razoável e 11 % boa. Quanto mais de esquerda mais os jovens consideram má a formação recebida e quanto mais de direita mais ela é tida como razoável e boa (quadro n.º 15).

Opinião sobre a formação cívica recebida

[QUADRO N.º 15]

Opinião	JC	JSD	JS	JCP	Total
Boa.....	15,2	13,9	6,8	—	11
Razoável.....	29,3	27,8	21,6	12,9	25
Deficiente.....	38,0	41,8	40,5	38,7	40
Má.....	16,3	16,5	31,1	48,4	24

¹⁹ Os diários mais lidos são, por ordem decrescente, o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã* e o *Jornal de Notícias* e os semanários mais lidos são o *Expresso* e o *Semanário*. Estes dados referem-se a 1986.

4. VALORES E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

A questão do móbil da acção política dos jovens ou de saber o que mais os motiva politicamente está estreitamente ligada à questão dos valores. A mobilização política, quer se entenda como movimentação ou agitação política, quer como recrutamento ou acção de arregimentar actores para a política, faz-se sempre em torno de valores.

Com a mudança de valores parecem estar também a mudar a mobilização e a participação políticas. Ronald Inglehart falou da transição de valores materialistas, que eram os das sociedades industriais, essencialmente preocupadas com a ordem e a subsistência, para valores pós-materialistas, que são os das sociedades pós-industriais, mais viradas para a liberdade e a qualidade de vida. Essa alteração de valores explicaria a mudança também ocorrida com a participação política que, de «orientada pelas *élites*» e destinada a designar e a apoiar simplesmente dirigentes, estaria agora a ser cada vez mais «orientada para as *élites*», pretendendo ir mais além e influir nas decisões políticas, visando assim determinadas mudanças específicas na condução da vida política²⁰.

Isto significa, como recorda Inglehart, que a participação tende a fazer-se não apenas através das tradicionais instituições políticas (partidos, sindicatos, etc.), organizadas burocraticamente, mas também através de formas menos organizadas, tais como movimentos, grupos e associações, menos rígidos e menos duradouros.

Em todo o caso, esta mudança reflecte-se também nas próprias organizações tradicionais, que tendem a assumir um papel mais activo e influente na vida política, ao deixarem de ter uma actuação meramente subalterna, episódica e intermitente e ao passarem a funcionar cada vez com mais autonomia e continuidade, assumindo-se mesmo como grupos permanentes de pressão.

Para saber como se situam as organizações partidárias de juventude neste quadro de transformações era necessário indagar dos valores que modificam os seus quadros mais participativos e responsáveis.

Numa época de crescente pragmatização e desideologização da política não é de estranhar que os «interesses» sobrelevem os «ideais»: enquanto são 63 % os jovens que dizem mover-se acima de tudo pela «defesa de interesses nacionais e/ou regionais», são apenas 34 % os que indicam como móbil da sua intervenção a existência de «grandes ideais». Este «idealismo» está mais radicado nas organizações mais extremadas do espectro político, tanto à direita (JC, 39,1 %), como à esquerda (JCP, 35,5 %), e menos nas organizações do centro político (32,4 % de JS e 30,4 % de JSD) (quadro n.º 16).

Este maior pragmatismo das organizações mais próximas do poder não coincide porém com a distribuição dos valores pelo leque político. A clivagem sociológica parece ser outra: são as organizações de direita que mais insistem na defesa de valores materialistas e as de esquerda as que mais sensíveis se revelam ao pós-materialismo, na acepção que estes termos têm no modelo de Inglehart.

²⁰ Cf. Ronald Inglehart, *The Silent Revolution*, New Jersey, Princeton University Press, 1977.

Motivação política

[QUADRO N.º 16]

Motivações	JC	JSD	JS	JCP
Grandes ideais	39,1	30,4	32,4	35,5
Ambições pessoais	12,0	5,1	8,1	3,2
Defesa de interesses nacionais e ou internacionais	58,7	65,8	67,6	61,3
Solidariedade familiar	3,3	2,5	10,8	—
Consciência de classe	2,2	7,6	9,5	54,8
Causas internacionais	14,1	1,3	8,1	32,3
Apoio a grupos económicos	2,2	—	6,8	3,2
Satisfação de interesses profissionais	1,1	2,5	2,7	3,2
Outros	2,2	5,1	4,1	9,7

Senão vejamos: a «paz» e os «direitos do homem» são os valores mais estimados pelos jovens políticos em geral, por serem os mais assinalados entre as causas dos nossos dias pelos quais vale a pena sacrificarem-se e correr riscos. Mas, se a paz é apreciada por mais jovens de organizações de esquerda que de direita, já os direitos do homem encontram maior adesão entre os jovens de direita e centro. Os jovens de esquerda, em geral, e sobretudo os comunistas, valorizam, em contrapartida, muito mais a eliminação do racismo. A liberdade individual, por seu turno, é tanto mais estimada quanto mais se passa da esquerda para a direita.

Curiosamente, a luta contra a miséria e o desemprego encontrou quem a sublinhasse como importante mais à direita do que à esquerda (quadro n.º 17). Esta maior tendência «materialista» dos jovens de direita é aliás

Causas por que vale a pena correr riscos

[QUADRO N.º 17]

Causas	JC	JSD	JS	JCP
Eliminar o racismo	9,8	13,9	35,1	41,9
Igualdade dos sexos	4,3	10,1	12,2	6,5
Protecção à natureza	17,4	38,0	14,9	3,2
Paz	58,7	58,2	62,2	77,4
Luta contra a miséria	44,6	30,4	41,9	29,0
Luta contra o desemprego ...	18,5	22,8	23,0	16,1
Difusão da fé	12,0	8,9	8,1	3,2
Defesa nacional	18,5	15,2	8,1	3,2
Unificação europeia	19,6	8,9	5,4	—
Liberdade do indivíduo	29,3	28,5	17,6	6,5
Direitos do homem	52,2	43,0	52,7	29,0
Revolução social	2,2	1,3	5,4	22,6
Na ordem internacional	2,2	5,1	2,7	6,5
Contra o nuclear	1,1	19,0	16,2	9,7
Outras	2,2	5,1	2,7	6,5

confirmada pela utilização da grelha do próprio Inglehart: enquanto os jovens democratas-cristãos privilegiam a manutenção da ordem e o combate à inflação, os jovens comunistas preferem notoriamente a participação e a liberdade de expressão (quadro n.º 18).

Valores materialistas e pós-materialistas

[QUADRO N.º 18]

Valores	JC	JSD	JS	JCP
Manter a ordem no País	50	46,8	31,1	9,7
Aumentar a participação dos cidadãos.....	38	50,6	44,6	45,2
Combater a inflação.....	50	36,7	37,8	22,6
Garantir a liberdade de expressão	31,5	32,9	35,1	45,2

Se passarmos à consideração do que devem ser os objectivos do poder político, surgem como mais apontados a democracia, a justiça, a liberdade e o desenvolvimento. Mas, enquanto a justiça é mais referida pelos jovens de direita, e tanto mais quanto mais à direita se situam, o desenvolvimento recebe a maior indicação percentual dos jovens comunistas. A democracia e a liberdade encontram, por seu lado, maior receptividade ao centro (JSD e JS). A ordem e a revolução social variam na razão directa da passagem da esquerda para a direita, a primeira, e do inverso, a segunda (quadro n.º 19).

Objectivos do poder político

[QUADRO N.º 19]

Objectivos	JC	JSD	JS	JCP
Justiça	75	68,4	64,9	32,3
Ordem	33,7	24,1	16,2	3,2
Liberdade.....	27,2	44,3	55,4	35,5
Tradição	3,3	7,6	5,4	3,2
Desenvolvimento.....	69,6	50,6	41,9	74,2
Democracia	52,2	72,2	66,2	67,7
Paz	28,3	31,6	45,9	51,6
Revolução social.....	1,1	1,3	4,1	25,8

Mas como se traduz concretamente o empenhamento pela política?

O associativismo, considerado justamente como um factor particularmente determinante na participação política, afigura-se elevado: 85 % dos jovens políticos estão voluntariamente nalguma associação ou organização. Inscrição essa que é maior nas organizações políticas de esquerda (JCP, 93,5 %; JS, 86,5 %; JC, 84,8 %; JSD, 81 %). O associativismo mais participado, ao nível do «simple beneficiário» ou de «participante nas actividades», é de longe o desportivo, que abrange respectivamente 22 % e 19 % dos entrevistados. Mas, ao nível dirigente, é o associativismo estudantil (13 %), cultural (10 %) e político não partidário (8 %) que congrega maior número de participantes.

O ingresso na organização política juvenil parece ter sido determinado sobretudo pela «simpatia pelo partido» (38 %) e pelo «gosto pela política» (34 %). Significativa é porém a situação dos jovens socialistas, onde a simpatia pelo partido motivou apenas 27 %. O ingresso foi entre eles determinado, mais do que por qualquer outra razão, pelo «gosto pela política» (43,2 %). O «convite de amigos» surge como factor importante de repro-

dução da organização, tanto na JS (18,9 %) como na JCP (16,1 %) (quadro n.º 20).

Razões de ingresso na organização

[QUADRO N.º 20]

Razões de ingresso na organização	JC	JSD	JS	JCP
Simpatia pelo partido	42,4	40,5	27,0	45,2
Admiração por uma figura política . . .	—	13,9	—	—
Gosto pela política	35,9	30,4	43,2	16,1
Convite de amigos da organização	—	—	18,9	16,1
Dever cívico	—	—	—	2,9

Entre os principais contributos recebidos da organização para a formação política própria figuram «a consciencialização ideológica» (29 %) — de que os comunistas se dizem mais beneficiários (41,9 %) do que os outros —, a «iniciação à vida política (26 %) — mais referida pelos socialistas (32,4 %) — e «maior informação» (20 %) — que cresce com a maior inclinação para a esquerda (quadro n.º 21).

Contributo principal da organização para a própria formação política

[QUADRO N.º 21]

Contributo	JC	JSD	JS	JCP
Consciencialização ideológica	32,6	35,4	12,2	41,9
Maior informação	16,3	19,0	21,6	25,8
Iniciação à vida política	25,0	26,6	32,4	12,9
Confirmação de convicções	9,8	6,3	14,9	3,2
Conhecimentos pessoais	—	7,6	9,5	3,2
Diferente avaliação da vida	—	—	—	6,5

A maioria dos entrevistados são dirigentes das respectivas organizações, quer ao nível local (45 %), quer ao nível nacional (14 %). Não é pois de admirar que 51 % considerem a actuação da própria direcção como «boa» e 11 % mesmo como muito boa. Os mais críticos parecem ser os das organizações mais à direita e os mais satisfeitos os comunistas (quadro n.º 22).

Apreciação da actuação da direcção

[QUADRO N.º 22]

Apreciação	JC	JSD	JS	JCP
Muito boa	9,8	11,4	2,7	29,0
Boa	52,2	48,1	51,4	54,8
Nem boa nem má	25,0	29,1	37,8	6,5
Má	9,8	7,6	8,1	—
Muito má	1,1	2,5	—	—

As funções prioritariamente atribuídas pelos jovens à própria organização são, em primeiro lugar, para 59 %, «procurar a resolução dos problemas da juventude e, para 24 %, «ser coerente com os princípios programáticos». A resolução dos problemas é contudo mais referida pelos de esquerda do que pelos de direita. O apoio ao partido e o ganhar votos jovens para ele são funções mais referidas pelos comunistas. A iniciação política é mais sinalizada pelos sociais-democratas e comunistas, embora com baixas percentagens.

Principal função da organização

[QUADRO N.º 23]

Função	JC	JSD	JS	JCP
Ser coerente com princípios programáticos	26,1	25,3	17,6	25,8
Procurar resolução dos problemas da juventude	55,4	59,5	62,2	64,5
Prestar apoio ao partido	1,1	1,3	2,7	12,9
Ganhar votos da juventude	1,1	2,5	5,4	12,9
Iniciar os jovens politicamente	2,2	6,3	2,7	6,5
Fazer ouvir a voz dos jovens	9,8	5,1	12,2	35,5

O peso da organização no interior do respectivo partido é julgado adequado por 58 % e deficiente por 38 %. Os que mais o acham deficiente são os socialistas (67,6 %) e os democratas-cristãos (39,1 %), enquanto quer sociais-democratas quer comunistas, se bem que em percentagens reduzidas (3,8 % e 3,2 % respectivamente), cheguem a achá-lo excessivo.

Peso da organização no partido

[QUADRO N.º 24]

	JC	JSD	JS	JCP
Excessivo	—	3,8	—	3,2
Adequado	58,7	74,7	32,4	74,2
Deficiente	39,1	19,0	67,6	16,1

5. IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO DO PODER

Um dos efeitos da socialização política é a construção de identidades políticas: tanto ao nível da personalidade como da comunidade, tanto em termos psicológicos como ideológicos, como ainda em termos de representação do poder.

A representação do «ego ideal» foi apontada por Hyman como um indicador de participação. Quando os ideais pessoais coincidiam com o nome de políticos, estaríamos perante uma clara manifestação de interesse e de predisposição favorável à política. «As diferenças nas orientações infantis para as figuras adultas podem ser usadas como indicadores do grau de atenção à esfera da política.»²¹

²¹ Hyman, *op. cit.*, p. 21.

De igual modo, poderíamos dizer que a enunciação de preferências por figuras políticas traduz identificações político-ideológicas por parte de jovens já orientados politicamente. Foi o que procurámos indagar e aguardar.

De um modo geral, a identificação com personalidades políticas célebres revela que os jovens políticos tendem a identificar-se com figuras da mesma área política, tanto em termos nacionais como internacionais. Assim, a primazia de identificação com políticos estrangeiros por parte dos jovens democratas-cristãos vai para figuras como as de Adenauer (32,6 %) e R. Reagan (30,4 %). A dos sociais-democratas para Kennedy (24,1 %) e para Olaf Palme (34,2 %). A dos socialistas, também para Olaf Palme (43,2 %), Filipe Gonzalez (12,2 %) e Miterrand (10,8 %). A dos comunistas para Gorbachev (45,2 %) e Samora Machel (25,8 %).

Em termos nacionais, a identificação com políticos de renome reforça ainda mais essa tendência. Os sociais-democratas preferem Sá Carneiro (82,3 %), os socialistas Mário Soares (73 %) e os comunistas Álvaro Cunhal (83,9 %). Os democratas-cristãos repartem a sua identificação com Amaro da Costa (30,4 %), Freitas do Amaral (27,2 %) e, ainda em menor número, com Sá Carneiro (12 %) e Lucas Pires (10,9 %)²².

A identificação com personalidades é mais expressiva ao nível nacional do que internacional, excepto para os democratas-cristãos, que têm a identificação mais elevada com um líder estrangeiro. E dentro das identificações nacionais prevalece a identificação com os fundadores, à excepção também dos democratas-cristãos, para quem Freitas do Amaral é o único que não é o maior nem maioritário ponto de referência.

Algumas identificações, designadamente internacionais, tendem a fazer-se para fora dos estreitos limites das famílias partidárias a que as organizações estão referidas, como sucede com Reagan para os centristas, Olaf Palme e Kennedy para os da JSD. O mesmo sucede, em termos nacionais, com a preferência significativa de Sá Carneiro entre os centristas.

Tal parece poder significar ou dificuldades de identificação em organizações de mais instável liderança ou com mais problemática inserção em famílias políticas internacionais. Mas pode também indiciar a amálgama de sensibilidades ideológicas na mesma organização, como, por exemplo, a de democratas-cristãos com outras famílias na JC, ou a prevalência de determinadas orientações ideológicas, como entre os JSD, que parecem revelar-se mais sociais-democratas ou «democratas» do que populares-democratas.

Isso mesmo é confirmado pela auto-identificação ideológica solicitada aos entrevistados, que se revelou mais clara e precisa entre comunistas e sociais-democratas e mais dispersa na JC. De facto, 87,1 % dos comunistas assim se autotransferem, tal como 78,5 % dos sociais-democratas, admitindo porém ambos os grupos percentagens reduzidas de «democratas» (6,5 % os primeiros e 8,9 % os segundos). Já os socialistas, apesar de 64,9 % se autodefinirem como tais, integram 12,2 % de «democratas» e 10,8 % de sociais-democratas. Na JC, só 42,4 % se consideram democra-

²² Convém chamar a atenção para o facto de os inquéritos terem sido lançados entre Outubro de 1986 e a Primavera de 1987.

tas-cristãos, 20,7 % preferem autoproclamar-se «centristas», 16,3 % conservadores e 10,9 % liberais (quadro n.º 25).

Autodefinição ideológica política

[QUADRO N.º 25]

Autodefinição	JC	JSD	JS	JCP
Conservador	16,3	6,3	—	—
Comunista	—	—	—	87,1
Democrata	5,4	8,9	12,2	6,5
Centrista	20,7	1,3	—	—
Progressista	—	—	—	—
Democrata-cristão	42,4	1,3	—	—
Social-democrata	—	78,5	10,8	—
Salazarista	3,3	—	—	—
Radical	1,1	—	—	—
Socialista	—	1,3	64,9	3,2
Liberal	10,9	1,3	—	—
Monárquico	—	—	—	—
Renovador	—	—	—	—
Fascista	—	—	—	—
Esquerdista	—	—	8,1	—
Republicano	—	—	—	—
Não responde	—	1,3	4,1	3,2

No que diz respeito ao posicionamento dos entrevistados em matéria social perante o binómio ordem-revolução, o reformismo social é uma posição amplamente maioritária em todas as organizações, à excepção da JCP, onde os revolucionários (45,2 %) superam os reformistas (41,9 %). Curiosamente, porém, a maior percentagem de conservadores sociais regista-se na JS (13,5 %) (quadro n.º 26).

Autodefinição ideológica social

[QUADRO N.º 26]

Autodefinição	JC	JSD	JS	JCP
Revolucionários	4,3	2,5	—	45,2
Reformistas	85,9	87,3	86,5	41,9
Conservadores	9,8	8,9	13,5	3,2
Não responde	—	1,3	—	9,7

Mas, para além da identificação político-ideológica, medida através da definição das personalidades ideais e do posicionamento ideológico, tanto em termos políticos como sociais, interessava apurar outra dimensão da identificação política: a da relação aos outros, ou a dimensão comunitária da identificação política.

A identificação com a comunidade nacional vem revelar identicamente que a afinidade ideológica parece determinar as razões e as versões do orgulho nacional. Assim, o orgulho pela «história» cresce à medida que se passa da esquerda para a direita, enquanto o orgulho pelas «qualidades do povo», e sobretudo pela Constituição, diminui nessa medida. Os socialistas

orgulham-se muito mais com a bandeira nacional republicana, mas muito pouco com as forças armadas. Os sociais-democratas orgulham-se muito com a actual democracia, mas pouco com as nossas «obras de arte», precisamente ao contrário dos democratas-cristãos. Os comunistas orgulham-se muito com a democracia que temos, mas pouco com a bandeira, o hino e as forças armadas (quadro n.º 27).

O que em Portugal é motivo de *muito* orgulho

[QUADRO N.º 27]

	Qualidades do povo	A nossa história	Constituição Política	Bandeira da República	Belezas naturais	A democracia	Hino nacional	Forças armadas	Obras de arte
JC	22,8	69,6	1,1	37,0	40,2	18,5	47,8	7,6	25,0
JSD	22,8	53,2	3,8	27,8	29,1	50,6	30,4	19,0	5,2
JS	28,4	48,6	9,5	45,9	50,0	48,6	44,6	1,4	17,6
JCP	29,0	19,4	25,8	19,4	45,2	41,9	16,5	12,9	19,4

A supressão de feriados nacionais, a ter de se fazer, confirma a mesma tendência. Os democratas-cristãos eliminariam sobretudo o 25 de Abril (63 %) e o 1.º de Maio (54,3 %); os sociais-democratas, a festa da Assunção, a 15 de Agosto (50 %), e a da Imaculada Conceição, a 8 de Dezembro (35,7 %); os socialistas, para além dos mesmos que os sociais-democratas (70 % e 75 % respectivamente), suprimiriam ainda as festas religiosas do Corpo de Deus (65 %), do dia de Todos os Santos, a 1 de Novembro (60 %), e a Sexta-Feira Santa (45 %); os comunistas também eliminariam, e com percentagens mais elevadas ainda, as festas religiosas de 15 de Agosto (92,3 %), de 8 de Dezembro (84,6 %), do Corpo de Deus (76,9 %), do 1.º de Novembro (76,9 %) e de Sexta-Feira Santa (61,5 %).

A introdução de novos feriados confirma também a mesma tendência: comunistas e socialistas tornariam feriado o 8 de Março, como Dia Internacional da Mulher (50 % e 20 % respectivamente) e os sociais-democratas o 24 de Junho (25 %), data do desembarque liberal em Lisboa, em 1832.

Outra manifestação de identificação comunitária, sobretudo do seu alcance ou vastidão, pode ser apurada pela tolerância. Testada pelo contraste de atitudes perante a diferença política e social, designadamente em face de terroristas e de emigrantes, a tolerância política e cívica tende a ser maior à esquerda do que à direita e menor sobretudo entre sociais-democratas.

Em relação a terroristas, as atitudes mais benevolentes encontram maior acolhimento nas organizações de esquerda, enquanto as mais drásticas prevalecem nas de direita (quadro n.º 28). O mesmo sucede com a atitude perante os imigrantes, mais tolerados pela esquerda, a que se juntam também os democratas-cristãos (quadro n.º 29).

Quando se trata dos direitos a outorgar-lhes, os democratas-cristãos voltam a aproximar-se dos jovens de esquerda, na tendência de maior liberalidade de concessão de direitos políticos para além dos cívicos (quadro n.º 30).

Atitude em relação aos terroristas

[QUADRO N.º 28]

Atitude	JC	JSD	JS	JCP
Eliminá-los sem juízo	26,1	20,3	10,8	6,5
Julgá-los e suprimi-los	42,4	50,6	24,3	25,8
Julgá-los e tentar recuperá-los	29,3	29,1	62,2	61,3
Tolerá-los, mas sem os apoiar	1,1	—	1,4	3,2
Apoiá-los criticamente	—	—	—	—
Não responde	1,1	—	1,4	3,2

Atitude em relação aos imigrantes

[QUADRO N.º 29]

Atitude	JC	JSD	JS	JCP
Podem permanecer	83,7	79,7	82,4	83,9
Devem ser mandados para os países de origem..	15,2	20,3	17,6	16,1

Direitos a conceder aos emigrantes

[QUADRO N.º 30]

Direitos	JC	JSD	JS	JCP
Alguns direitos sociais	15,6	11,1	6,6	3,8
Só direitos civis, não políticos	39,0	58,7	42,6	30,8
Também direitos políticos com excepções	33,8	17,5	23,0	19,2
Todos os direitos políticos	11,7	11,1	27,9	46,2

Capacidade de relação conjunta com ideias políticas diferentes

[QUADRO N.º 31]

Relação	JC	JSD	JS	JCP
Sim	56,5	53,2	79,7	64,5
Condicional	38,0	29,1	18,9	22,6
Nunca	5,4	15,2	1,4	12,9

Esta maior tendência de esquerda para a tolerância é confirmada pela maior capacidade de estabelecer uma relação conjugal com alguém com ideias políticas diferentes, que é maior nas organizações de esquerda, sobretudo na JS, e menor nas de direita, sobretudo na JSD (quadro n.º 31).

Contrapartida das identificações políticas — pessoais e comunitárias — são as figurações do poder, dos seus detentores, dos seus mecanismos e instituições.

Entre as necessárias qualidades pessoais dos governantes, as várias organizações são unânimes em sublinhar, antes de mais, a competência e a honestidade e, logo depois, a firmeza e a inteligência. A prioridade por todos atribuída à competência (excepto pelos comunistas, que a dão a

honestidade) revela uma difusa preocupação comum pela capacidade de resposta eficaz à resolução dos problemas. Já a firmeza, muito mais sublinhada pelos de direita do que pelos de esquerda, parece denunciar uma maior preocupação pela afirmação da autoridade pelos «centristas» e «sociais-democratas (quadro n.º 32).

Qualidades do governante

[QUADRO N.º 32]

Qualidades	JC	JSD	JS	JCP
Firmeza	55,4	59,5	39,2	29,0
Tolerância	7,6	12,7	23,0	6,5
Intransigência	3,3	6,3	2,7	6,5
Benevolência	—	2,5	2,7	—
Audácia	8,7	13,9	5,4	9,7
Conciliação	1,1	5,1	10,8	6,5
Astúcia	7,6	5,1	8,1	—
Competência	80,4	77,2	77,0	80,6
Honestidade	66,3	68,2	68,9	90,3
Inteligência	47,8	36,7	45,9	48,4
Cultura	8,7	6,3	10,3	6,5
Habilidade	3,3	3,8	2,7	—
Outras	1,1	2,5	—	9,7

A avaliação do papel dos deputados volta a evidenciar outra nova clivagem entre comunistas e os restantes jovens. Enquanto estes últimos, em geral, entendem os deputados, acima de tudo, como defensores dos interesses do partido a que pertencem, os comunistas colocam-nos sobretudo como defensores dos interesses de «grupos sociais»

Interesses defendidos pelos deputados

[QUADRO N.º 33]

Interesses	JC	JSD	JS	JCP
Do partido	60,9	67,1	60,8	19,4
Pessoais	18,5	10,1	4,1	9
Dos Europeus	1,1	2,5	5,4	12,9
Interesse nacional	4,3	11,4	12,2	9,7
De grupos sociais	15,2	6,3	16,2	41,9
Não responde	—	2,5	1,4	16,1

A figuração do poder, no que toca à sua maior ou menor concentração desejável, distribui-se regularmente pela escala esquerda-direita: quanto mais à esquerda, mais se sustenta a maior descentralização e corresponsabilização; em contrapartida, a visão elitista aumenta à medida que se progride para a direita.

Da mesma maneira, apesar de a grande maioria dos jovens políticos de todos os quadrantes se identificar com o actual sistema semipresidencialista, são contudo os de direita que mais se inclinam para a defesa do presidencialismo.

No que diz respeito à designação dos detentores do poder, designadamente à importância das eleições no sistema político, são também as forças mais de direita que mais enfatizam as eleições legislativas como eleições centrais. Os socialistas distinguem-se particularmente por sublinharem, mais do que os outros, a importância das presidenciais e das autárquicas.

Também quanto ao modo da eleição do presidente da República, a defesa do sufrágio universal e directo, amplamente maioritária em todas as organizações, cresce contudo da direita para a esquerda. Do mesmo modo, a defesa da monarquia encontra apoios, se bem que minoritários, apenas entre as organizações mais à direita e também algum, embora exíguo, entre socialistas.

Esta figuração mais centralizada e pessoalizada do poder político de direita e mais descentralizada e colectivizada à esquerda tem também tradução económica e social.

A defesa da intervenção do Estado na resolução dos problemas da sociedade encontra progressivamente maior eco para a esquerda, apesar de todas as organizações reconhecerem ao Estado um assinalável papel na resolução de «bastantes» problemas (quadro n.º 34). Do mesmo modo, a função do Estado na economia é mais vista em termos «orientadores» pelos jovens de direita e centro-direita. A economia mista, com subordinação do sector privado ao público, é maioritariamente defendida por socialistas e a economia pública sobretudo pelos comunistas (quadro n.º 35).

As formas de gestão empresarial mais sustentadas reproduzem as mesmas tendências: sociais-democratas e socialistas preferem a «participação dos trabalhadores» na gestão, contra a mera gestão de proprietários (mais defendida pelos centristas) ou dos trabalhadores (mais sustentada pelos comunistas) (quadro n.º 36).

Grau de intervenção do Estado na sociedade

[QUADRO N.º 34]

O Estado resolve	JC	JSD	JS	JCP
Todos os problemas.....	5,4	10,1	12,2	35,5
Bastantes	45,7	57,0	67,6	61,3
Alguns	47,8	31,6	18,9	—
Nenhum	—	—	1,4	—
Não responde	1,1	1,3	—	3,2

Papel do Estado na economia

[QUADRO N.º 35]

Iniciativa privada	JC	JSD	JS	JCP
Sem intervenção do Estado	14,1	12,7	1,4	—
Iniciativa privada com intervenção orientadora do Estado .	73,9	57,0	33,8	6,5
Economia mista com iniciativa privada				
subordinada à pública	10,9	26,6	58,1	29,0
Economia totalmente ou quase pública	2,5	5,4	61,3	—
Não responde	—	1,3	1,4	—

Opinião sobre gestão empresarial

[QUADRO N.º 36]

Gestão	JC	JSD	JS	JCP
Gestão pelos proprietários	62,0	38,0	12,2	—
Participação dos trabalhadores	35,9	54,4	71,6	22,6
Gestores estatais	—	3,8	8,1	6,5
Gestão pelos trabalhadores	1,1	2,5	6,8	67,7
Não responde	1,1	1,3	1,4	3,2

Esta distribuição topográfica da figuração do poder repercute-se, por outro lado, nas formas de acção sobre o poder. São os que mais pessoalizam o poder os que também mais preconizam a via pessoal para a resolução dos problemas dependentes da Administração Pública. Só os comunistas privilegiam outros recursos.

Quanto às formas de pressão sobre o poder, é também a «petição» a que mais generalizada aceitação encontra, logo seguida pela «manifestação». Só a primeira, porém, é maioritariamente aceite, tanto pela esquerda como pela direita. Já a segunda, bem como outras formas, como as «inscrições» de paredes, a ocupação de lugares de trabalho, etc., só encontram adesão favorável maioritária à esquerda, designadamente entre comunistas. A única forma que é mais aceite pela direita que pela esquerda é a recusa de pagamento de impostos.

6. BREVES CONCLUSÕES

As organizações partidárias de juventude são os grandes instrumentos de mobilização e canalização da participação política dos jovens. Se não absorvem toda a existência e procura de intervenção dos jovens na vida política, ocupam pelo menos esse espaço político de uma forma muito alargada, constituindo-se como a grande expressão visível da participação formal e organizada.

A diferenciação dessa participação juvenil, bem como da filiação nas organizações e de identificação política dos jovens, é fortemente condicionada, se não mesmo determinada, pela diferenciação social dos participantes, traduzida pelos diferentes níveis socioprofissionais e educacionais e pela respectiva socialização, feita tanto por transmissão geracional como dentro da própria geração, e muito pela comunicação social.

A variação da participação parece depender, e muito, da colocação na escala esquerda-direita e das principais clivagens políticas ideológicas. Tanto em termos de orientações como de comportamentos, o pragmatismo prevalece como característica mais típica das organizações mais próximas do poder governativo, enquanto o pós-materialismo se apresenta como um fenómeno mais próximo das organizações de esquerda do que das de direita.

Em termos de mobilização, os partidos parecem continuar a ser os grandes responsáveis pelas adesões às organizações políticas de juventude e os grandes catalisadores das energias políticas de participação, deixando por isso entrever a grande relação que de facto existe, tanto em termos

orgânicos e programáticos, como em termos de expectativas juvenis, entre essas organizações e os partidos. Aliás, as diversas figurações do poder e os vários comportamentos em face dele também parecem variar fundamentalmente de acordo com o posicionamento no espectro político e com o posicionamento ideológico, sendo notórios os efeitos do «alinhamento» partidário das organizações juvenis.